

Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo

HENRIQUE AMORIM

São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009, 162p.

ANDRÉIA GALVÃO*

O livro de Henrique Amorim, que resulta de sua tese de doutoramento defendida na Unicamp em 2006, se propõe a discutir criticamente as teorias do trabalho imaterial, tendo como ponto de partida uma leitura alternativa dos *Grundrisse*, “texto que informa as teses sobre a não centralidade do trabalho e também as teses do trabalho imaterial” (p.22). Aqui já reside, de saída, uma novidade de seu trabalho diante das análises que criticam o trabalho imaterial a partir d’*O capital*, questionando a utilização de um rascunho não publicado por Marx.

O debate em torno do trabalho imaterial e das teorias concebidas para explicá-lo apresenta uma dificuldade prévia: a de definir se imaterial é o tipo de trabalho ou o seu produto. Com efeito, a expressão trabalho imaterial é utilizada para designar uma série de fenômenos inter-relacionados: 1) Um novo tipo de produção, baseada na informação, no conhecimento e em meios de trabalho automatizados; 2) As características da força de trabalho empregada (maior grau de qualificação exigido do trabalhador e maior envolvimento da subjetividade, o que, para os teóricos dessa perspectiva, significa maior autonomia e um trabalho predominantemente intelectual); 3) Um tipo de trabalho que, no mínimo, colocaria em xeque a separação entre tarefas de concepção e de execução; 4) O caráter “intangível” dos bens e serviços produzidos.

* Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

A tese principal sustentada por essas teorias é a de que o trabalho imaterial passou a ser a força produtiva central da sociedade “pós-industrial”. Essa nova força produtiva se converteria em algoz do capital, possibilitando o desenvolvimento do socialismo nos interstícios do capitalismo. O socialismo seria o resultado de um processo marcado pela reconciliação entre capital e trabalho (em virtude da elevação do preço da força de trabalho detentora do saber que fundamenta o novo regime produtivo); pelo fim da distinção entre trabalho manual e intelectual e entre trabalho produtivo e improdutivo (na medida em que a ciência e a técnica substituiriam o trabalho como fonte de valor e todos os trabalhos se tornariam igualmente produtivos); pela universalização do conhecimento, que se tornaria uma “‘não mercadoria’, um bem comum” (p.122). Assim, o socialismo já seria realidade, pois essas transformações acarretariam o fim da distinção entre as classes sociais. Desse modo, essas teorias colocam em xeque a teoria do valor do trabalho – superada porque as transformações tecnológicas teriam acabado com a possibilidade de o tempo de trabalho ser medida de valor – e a teoria da revolução, substituída pela transição pacífica ao socialismo.

A análise de Amorim demonstra que esse conjunto de argumentos é determinista (pressupõe que o novo tipo de trabalho e de trabalhador decorre das mudanças na base produtiva); simplificador (não considera os diferentes conteúdos dos trabalhos, atribuindo um potencial generalizador ao trabalho considerado mais qualificado; não considera as diferenças entre as conjunturas e entre as formações sociais – supondo uma ruptura completa e acabada entre um tipo de trabalho – e de sociedade – e outro); idealista (baseada em uma visão idílica do trabalho qualificado e na aposta em seu potencial anticapitalista). A partir desses equívocos, as teorias do trabalho imaterial estabelecem e difundem conhecidas dicotomias, como: trabalho material X imaterial, sociedade industrial X pós-industrial, operário fabril X trabalhador polivalente, além de confundirem a possibilidade de aumento do tempo de não trabalho com tempo livre, não levando em conta a contradição entre a redução do tempo de trabalho e o aumento das formas de exploração do trabalho.

Por sua vez, Amorim não deixa de reconhecer que as transformações na forma e no conteúdo do trabalho colocam problemas para a teoria marxista: “deve-se sublinhar que existe uma tendência de substituição do trabalho vivo por trabalho passado, e de incorporação da ciência e da tecnologia nesse processo” (p.17). Na obra de Marx, há indicações sobre essa tendência especialmente nos *Grundrisse*, obra que o autor analisa no primeiro capítulo do livro. No segundo capítulo, critica as teses acerca da não centralidade do trabalho e, no terceiro, analisa as obras de André Gorz, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato.

Ao longo desse percurso, Amorim relaciona, de modo interessante e inovador, as teorias do trabalho imaterial às teses da não centralidade do trabalho, do tempo livre e do fim das classes sociais. A tese principal defendida por ele é que as teorias do trabalho imaterial são fundamentadas em uma leitura particular e equivocada dos *Grundrisse*, e em uma concepção determinista do processo histórico (o primado

das forças produtivas), que elimina a luta de classes e desconsidera a importância da transformação política. Já a leitura alternativa proposta por Amorim é baseada em uma “pressuposição classista” (p.72), que busca não apenas reinserir a luta de classes na análise, bem como as imbricações entre as diferentes dimensões da totalidade social. Assim, para o autor, quando Marx fala na possibilidade de “liberar o trabalhador coletivo das amarras do tempo de trabalho” (p.25), trata-se de uma “projeção teórico-histórica” (p.44) que pressupõe uma sociedade comunista, pois não dá para pensar a transformação social apenas na esfera econômica.

Essas indicações já são suficientes para demonstrar os méritos e contribuições do livro. Ainda assim, é possível levantar algumas questões. O autor critica a tese de Ruy Fausto que, ao caracterizar a “pós-grande indústria” pela subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital, admite, contraditoriamente, a possibilidade de emancipação do trabalho ainda no capitalismo. Porém, Amorim não explicita de que maneira compreende o “novo quadro de subsunção do trabalho ao capital” (p.49), no qual as formas de exploração se amplificam.

O autor entende que as teorias do trabalho imaterial são fundamentadas em uma tentativa de resgate do artesão/trabalhador de ofícios, na medida em que as mudanças tecnológicas e organizacionais proporcionadas pela suposta superação do paradigma taylor-fordista teriam levado a uma reapropriação do saber-fazer e dos meios de produção, ao fim da divisão entre trabalho manual e intelectual, e à consequente retomada do controle operário sobre o processo de trabalho. Mas isso valeria apenas para uma parte da classe trabalhadora, que se tornaria, assim, o novo sujeito revolucionário. Esse novo sujeito não seria mais constituído pelo operário industrial, e sim pelo trabalhador do setor de serviços. Há vários aspectos interessantes no argumento desenvolvido por Amorim para criticar essa perspectiva, mas alguns deles requerem maiores explicações. A discussão sobre as características do trabalho artesanal, de suas semelhanças e diferenças em relação ao trabalho do operário qualificado e deste diante do operário polivalente constitui uma das lacunas que podem ser identificadas no argumento. Ademais, o debate em torno da qualificação do trabalho é árduo mesmo para o leitor iniciado. Nesse sentido, a profusão de termos que nem sempre são definidos (além dos citados acima, o autor utiliza: operário especializado, operário massa, operário social, trabalhadores tradicionais, trabalhador homogêneo, heterogeneidade profissional etc.) dificulta a apreensão das características da “nova classe operária”, cuja conversão em sujeito revolucionário é questionada pelo autor. Aqui, Amorim poderia ter questionado também o uso de tal expressão. Afinal, como falar em sujeito revolucionário sem revolução?

A própria pertinência do resgate do trabalho artesanal por parte dos teóricos do imaterial poderia ser problematizada. Pois se o trabalho imaterial pressupõe a socialização do conhecimento e a cooperação, como quer Negri, em que medida o trabalho artesanal possibilita esse saber comum e ensaja esse caráter cooperativo?

Essas são apenas algumas das questões suscitadas pelo livro, cujas análises e desdobramentos possíveis vão muito além do exposto aqui.

GALVÃO, Andréia. Resenha de: AMORIM, Henrique. Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo, Annablume/ Fapesp, 2009, 162p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.31, 2010, p.159-161.

Palavras-chave: Sociologia do Trabalho; Trabalho; Marx; Grundrisse.